

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

MARÇO/2026

1. OBJETO

Aquisição do Kit Pescador Seguro, em cumprimento à Lei Municipal nº 1.966, de 25 de janeiro de 2023, e emenda impositiva para o orçamento de 2026.

2. DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO

Aquisição dos itens que compõem o chamado "Kit Pescador Seguro", previsto na Lei Municipal nº 1.966/2023, consistentes em botas, conjunto jardineira/macacão de pesca com capa impermeável, boné modelo pescador, camisetas de manga comprida com proteção UVA/UVB, protetor solar e colete salva-vidas, os quais serão licitados e contratados **unitariamente** (por item/unidade), ainda que a legislação os trate de forma conjunta como "Kit".

3. SECRETARIA DEMANDANTE

Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura - SEMPA

4. AGENTE DEMANDANTE

Maricel de Souza, Portaria 15.965/2026

Rubrica:
MS

5. CATEGORIA DO ETP

Aquisição- Material de Consumo

6. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente estudo visa à aquisição de Kit Pescador Seguro sendo vestuário e equipamentos de proteção individual para os pescadores artesanais do município de Guaratuba, em cumprimento à Lei Municipal nº 1.966, de 25 de janeiro de 2023.

Rubrica:
DS

A Lei Municipal nº 1.966/2023 institui o "Kit Pescador Seguro" como política pública de auxílio ao pescador artesanal, garantindo a proteção individual, saúde e segurança a cada profissional da pesca. O benefício visa suprir necessidades básicas com vestuário e equipamentos de proteção adequados às condições de trabalho dos pescadores.

A necessidade justifica-se pelos seguintes aspectos:

- Exposição contínua dos pescadores a condições climáticas adversas (sol intenso, chuva, vento).
- Necessidade de proteção contra raios UV/UVA durante jornadas prolongadas de trabalho.
- Obrigatoriedade de equipamentos de segurança homologados pela Diretoria de Portos e Costas (DPC).
- Impermeabilização adequada para atividades em ambiente aquático.
- Cumprimento da obrigação legal estabelecida pela Lei Municipal nº 1.966/2023.

A necessidade de adquirir e distribuir o Kit Pescador Seguro em 2026 decorre não apenas de uma opção de gestão, mas também do cumprimento da previsão contida em emenda impositiva apresentada pelo vereador Wallace Aguiar para o exercício orçamentário correspondente, a qual se apoia no regime jurídico das emendas parlamentares individuais previsto na Emenda à Lei Orgânica n.º 17/2020 do Município de Guaratuba.

7. DEMONSTRAÇÃO NO PCA - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual da Secretaria Municipal da Pesca e da Agricultura para o exercício de 2026, página 56 do PAC, publicada na edição digital nº 1292III do Diário Municipal de Guaratuba em 06/02/2026.

MS

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme art. 3º da Lei Municipal nº 1.966/2023, o Kit Pescador Seguro será composto por:

1. 01 (um) par de botas de PVC impermeáveis
2. 01 (um) conjunto jardineira/macacão de pesca, mais capa impermeável
3. 01 (um) boné modelo pescador
4. 02 (duas) camisetas de manga comprida com proteção UVA/UVB
5. 01 (um) protetor solar fator 50, 500 ml
6. 01 (um) colete salva-vidas homologado pela DPC

Rubrica:

DS

8.1. Critérios de Elegibilidade

Conforme art. 2º da Lei nº 1.966/2023:

- Título de Inscrição de Embarcação - TIE
- Comprovação de residência em Guaratuba por mais de seis meses
- Participação em palestras ou eventos promovidos pela Prefeitura Municipal
- Licença de Pesca Artesanal
- Apresentação de documentos pessoais na Secretaria de Pesca e Agricultura

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Conforme o cadastro atualizado da Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura (SEMPA), o Município de Guaratuba possui 247 pescadores artesanais profissionais regularmente cadastrados no exercício de 2025. Diante do pleito federal em curso e considerando que o material trata-se de distribuição gratuita, adotamos uma postura de máxima prudência para garantir a segurança jurídica do programa "Kit Pescador Seguro" no ano de 2026.

A Lei Municipal n.º 1.966/2023, que institui o referido programa, encontra-se em processo de retificação legislativa, com Projeto de Lei em tramitação no Poder Executivo Municipal. A proposta visa flexibilizar o requisito de comprovação da condição de pescador artesanal, admitindo o cadastro municipal expedido pela SEMPA como documento habilitador, além da atual "Licença de Pesca Artesanal" federal (art. 2º, inciso IV), conforme Parecer Jurídico n.º 167/2026 da Procuradoria Geral do Município (Processo Administrativo n.º 5707/2026).

Entretanto, em respeito ao período eleitoral e vedando qualquer interpretação de antecipação de benefícios que possa configurar irregularidade, definimos que, para o ano de 2026, a distribuição será limitada a **40% do total previsto na ata de registro de preços**, ou seja, **160 kits**. Esse quantitativo corresponde precisamente ao número de pescadores artesanais que foram atendidos nos anos anteriores sob a vigência da lei anterior — aqueles já cadastrados e habilitados pela SEMPA com base nos critérios vigentes até a data.

A decisão de restringir a distribuição em 2026 aos 160 kits historicamente atendidos tem como fundamento:

- Evitar risco de questionamento junto aos órgãos de controle eleitoral, uma vez que a distribuição gratuita durante o pleito exige extrema cautela;

Município de Guaratuba

Estado do Paraná

- Assegurar que eventuais alterações na legislação municipal somente produzam efeitos plenos após o pleito, vedando-se qualquer interpretação de manobra eleitoral;
- Manter a continuidade do atendimento ao público-alvo tradicional do programa, sem ampliar o universo de beneficiários antes da confirmação da nova redação legal.

Importante destacar que a previsão original de 400 unidades por item permanece técnica e juridicamente fundamentada para os anos subsequentes. Ela se baseia nos mutirões de cadastramento realizados pela SEMPA, que identificaram um universo potencial de até 400 pescadores artesanais elegíveis — contingentados aos quais o cadastro municipal será reconhecido como documento habilitador. O cadastro provisório elaborado nesse processo está anexado ao presente procedimento licitatório e sustenta a projeção de longo prazo.

Caso a retificação da Lei Municipal n.º 1.966/2023 seja aprovada ainda em 2026, comprometemo-nos a distribuir os **240 kits restantes** (60% do total) **exclusivamente a partir de 01/01/2027**. Essa medida garante:

- Total aderência aos princípios da impessoalidade e da legalidade, vedando qualquer vantagem indevida no período eleitoral;
- Eficiência administrativa, evitando a necessidade de novo processo licitatório caso a mudança legislativa ocorra durante a vigência do contrato atual;
- Pleno alcance da finalidade social do programa assim que o novo regramento entrar em vigor, sem interrupção no atendimento aos beneficiários.

Rubrica:

MS

Rubrica:

DS

Assim, ao limitar a distribuição de 2026 aos 160 kits correspondentes aos pescadores historicamente atendidos, preservamos a regularidade do processo licitatório, respeitamos as exigências do período eleitoral e mantemos o compromisso com a eficiência e a continuidade do "Kit Pescador Seguro", com a totalidade dos beneficiários potenciais sendo atendida apenas após a conclusão segura do pleito e a confirmação da nova redação legal.

10. LEVANTAMENTO DE MERCADO

10.1. Identificação das Soluções

A pesquisa de preços para definir o valor estimado dos equipamentos de proteção individual (EPIs) e do vestuário profissional destinado aos pescadores foi estruturada com base em diversas fontes, observando as diretrizes do Decreto Municipal n.º 25.361/2023 e os parâmetros de correção monetária aplicáveis ao setor.

Observou-se, sempre que possível, as condições efetivamente praticadas no mercado, incluindo prazos de entrega, condições de pagamento, garantias e demais elementos relevantes, para refletir a realidade local e regional do segmento pesqueiro, nos termos do art. 4º do mesmo Decreto.

Ressalte-se que a pesquisa inicial realizada pelo setor demandante será objeto de análise crítica e complementação pela Central de Formação de Preços, que realizará pesquisa completa e verificará a coerência dos valores propostos, nos termos do § 2º do art. 3º do Decreto n.º 25.361/2023.

Desse modo, o valor estimado não deverá ser muito superior nem inferior aos preços levantados a partir das atas corrigidas e das pesquisas de mercado, assegurando equilíbrio, aderência ao valor de referência e prevenção de sobrepreço, em consonância com o conceito de preço estimado e com os princípios da economicidade e da vantajosidade da contratação.

Rubrica:

MS

10.2. Análise Comparativa de Soluções

10.3. Identificação e Análise Comparativa de Soluções

Para atender à necessidade de fornecimento do Kit Pescador Seguro aos pescadores artesanais, foram identificadas, em tese, as seguintes **possíveis soluções** de contratação:

Rubrica:

DS

1. Aquisição direta e imediata de todos os itens, em lote único, para entrega integral.
2. Aquisição fracionada por item, com entrega única.
3. Contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP), por item, com entregas futuras e parceladas.
4. Utilização de atas de registro de preços de outros entes (adesão, "carona"), caso existam e sejam compatíveis.



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

5. Celebração de convênio ou termo de colaboração com entidade representativa dos pescadores, para que esta realize a compra dos Kit Pescador Seguro.

10.3.1. Aquisição em Lote Único, com Entrega Integral

Vantagens:

- Simplificação operacional: apenas um contrato e uma entrega.
- Maior previsibilidade do custo global no momento da licitação.

Desvantagens:

- Exige grande capacidade de armazenamento pela Administração, com risco de deterioração dos itens, especialmente do protetor solar.
- Reduz a competitividade, pois exige fornecedor que ofereça todos os itens do Kit Pescador Seguro, afastando empresas especializadas em apenas um segmento (vestuário, EPIs náuticos etc.).
- Não se ajusta à demanda eventual e progressiva, já que o cadastramento de beneficiários é contínuo e não é possível prever exatamente o número de pescadores aptos em cada momento.

10.3.2. Aquisição por Item, com Entrega Única

Vantagens:

Rubrica:
MS

- Possibilita a participação de fornecedores especializados em cada categoria de produto (EPIs náuticos, vestuário com proteção UV, calçados de PVC, etc.).
- Reduz risco de sobrepreço em itens específicos, pois o julgamento é por item, considerando o menor preço.

Rubrica:
DS

Desvantagens:

- Mantém o problema da necessidade de elevado estoque inicial, com risco de validade expirar (protetor solar) e de ocupação do espaço físico.
- Não dialoga adequadamente com a dinâmica do cadastramento contínuo dos pescadores, que demanda entregas em momentos distintos.

10.3.3. SRP por Item, com Entregas Futuras e Parceladas (Solução Adotada)

Vantagens:

- Adequação à demanda eventual e variável, permitindo que os pedidos sejam feitos conforme habilitação dos pescadores e a disponibilidade orçamentária.
- Entregas parceladas evitam grandes estoques, minimizam riscos de vencimento do protetor solar e possibilitam melhor gestão logística pela Secretaria.
- Julgamento por item amplia a competitividade, viabilizando a participação de micro e pequenas empresas especializadas, em consonância com os princípios da economicidade e da isonomia.
- Considerando que o objeto constitui bens comuns, de baixo valor unitário e ampla oferta no mercado local e regional, e visando fomentar o desenvolvimento econômico local sem comprometer a competitividade do certame, admite-se a reserva da participação exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.
- Possibilita ajustes no quantitativo dentro da vigência da ata, respeitando os limites legais e acompanhando a evolução do cadastro de pescadores artesanais.

Rubrica:

MS

Desvantagens:

- Exige maior esforço de gestão da ata, como a emissão de múltiplos empenhos e pedidos ao longo da vigência.
- Necessidade de planejamento contínuo para evitar pedidos de última hora, devido ao prazo de entrega após cada empenho.

Rubrica:

DS

10.3.4. Utilização de Atas de Registro de Preços de Outros Entes (Adesão)

Vantagens:

- Potencial redução no tempo para início do fornecimento, caso exista ata compatível com o objeto.

Desvantagens:

- Dificuldade em encontrar atas com especificações técnicas idênticas às previstas na Lei Municipal nº 1.966/2023 e nas condições locais de Guaratuba.



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura

Penda de aderência às características regionais de mercado (fornecedores locais/regionais) e possíveis diferenças de preços.

- Dependência da concordância do órgão gerenciador e dos limites quantitativos para adesão.

10.3.5. Convênio ou Termo de Colaboração com Entidade Representativa

Vantagens:

- Aproximação com a categoria de pescadores, com possível simplificação na distribuição dos Kit Pescador Seguro.

Desvantagens:

- A aquisição de bens pela prefeitura demandaria observância das normas para parcerias e de aplicação de recursos públicos, tornando o processo mais complexo do que a contratação direta pela Administração.
- Menor controle direto sobre a qualidade dos itens adquiridos, das especificações técnicas e das condições de segurança exigidas (como homologação DPC para coletes salva-vidas).

10.4. Conclusão da Análise das Soluções

Diante das alternativas avaliadas, **a solução mais adequada** é a contratação via **Preço Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por item e entregas parceladas**, pois concilia:

- Atendimento à demanda eventual e à variação de tamanhos e quantidades;
- Redução de estoques e riscos relacionados ao vencimento de produtos;
- Maior competitividade e participação de fornecedores especializados.

Rubrica:

MS

Rubrica:

DS

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. Metodologia para Pesquisa de Preços

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 25.361/2023, que regulamenta o procedimento administrativo para pesquisa de preços no município de Guaratuba, foram utilizadas duas fontes para a formação do preço estimado:

Fonte 1 - Última compra da própria Administração: foram consultados valores praticados no Pregão Eletrônico nº 54/2023, realizado em 22 de novembro de 2023, cujo objeto foi o fornecimento de Kit Pescador Seguro para a mesma Secretaria, atualizado pelo IGPM.

Fonte 2 - Pesquisa em sítios da internet: Foram realizadas cotações junto a fornecedores especializados por meio de pesquisa em websites de amplo acesso, plataformas de comércio eletrônico e consultas diretas a empresas do ramo.

Esta metodologia observa os parâmetros estabelecidos no art. 5º, incisos I e III, do Decreto Municipal nº 25.361/2023, que determinam a utilização de contratações similares da própria Administração e orçamentos obtidos na internet como fontes válidas de pesquisa.

11.2. Valores de Referência

Valores estimados por item (referência para a fase interna, podendo ser ajustados pela Central de Formação de Preços conforme § 2º do art. 3º do Decreto nº 25.361/2023).

Total da Licitação: R\$ 196.596,00 (Cento e noventa e seis mil quinhentos e noventa e seis reais)

11.3. Dotação Orçamentária

A despesa contará, inicialmente, com as seguintes dotações:

Rubrica:
MS

- 737 10.001.20.089.0011.2.027.3.3.90.30.00.00 - GESTÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, MAIS PESCA E SUSTENTABILIDADE - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE 1000.
- 789 10.002.20.004.0011.2.043.3.3.90.30.00.00 - GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA A PESCA E A AGRICULTURA - MATERIAL DE CONSUMO - FONTE 1000.

Rubrica:
DS

Se necessário, a despesa poderá ser complementada por outras dotações da mesma função programática, observando as normas orçamentárias vigentes.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução, considerada como um **todo**, compreende a realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com duração de 12 meses, para contratação futura e eventual dos itens que compõem o Kit Pescador Seguro, com julgamento pelo menor preço por item, entrega parcelada conforme demanda da Secretaria. A opção pelo SRP por item resulta de análise comparativa de alternativas de contratação, a qual demonstrou



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

ser essa a forma que melhor equilibra economicidade, aderência às necessidades dos pescadores, **Pesca e da Agricultura** flexibilidade de atendimento e mitigação de riscos logísticos e de armazenamento.

A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, perfazendo o limite de 2 (dois) anos previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela manutenção da **vantajosidade** dos preços registrados, a ser comprovada por pesquisa de mercado na forma da legislação aplicável. Considerando que o fornecimento do Kit Pescador Seguro decorre de obrigação legal instituída pela Lei Municipal nº 1.966/2023 e de emenda impositiva, com caráter contínuo e anual, a manutenção da ata revela-se conveniente para evitar a repetição desnecessária de procedimentos licitatórios, gerando economia processual e administrativa. Além disso, enquanto a legislação municipal permanecer vigente e desde que os itens registrados possam, se necessário, ser substituídos ou ter quantidades ajustadas para atender novas demandas correlatas, nos termos da lei e do edital.

13. EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

Para garantir a celeridade do processo licitatório sem comprometer a qualidade ou a impessoalidade, **dispensa-se a apresentação de amostras físicas** na fase de proposta, nos termos do art. 63, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Essa medida é fundamentada na natureza padronizada e certificada dos bens objeto desta contratação, cujas especificações técnicas são objetivamente verificáveis por meio de documentação técnica equivalente, assegurando total aderência ao edital sem risco de favorecimento a qualquer marca específica.

Rubrica:

MS

Todavia, é imprescindível que a proposta contenha, de forma explícita e inequívoca:

- Marca, modelo e/ou referência fabril do produto oferecido e documento que demonstre a conformidade com as especificações descritas no Anexo -Das Especificações Técnicas, ou ainda link da página na internet onde constam as especificações do produto.

Rubrica:

DS

Essa exigência substitui a amostra física por um controle documental rigoroso, que permite:

1. Verificação objetiva pelo gestor do contrato comparando diretamente as características declaradas com as especificações do anexo;



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

Secretaria Municipal de
Pesca e da Agricultura

2. **Impedimento de surpresas pós-adjudicação**, uma vez que qualquer divergência entre o oferecido e o entregue configura falta grave, sujeitando o fornecedor às sanções previstas no contrato e na lei;

3. **Neutralidade absoluta**, pois a análise foca unicamente na conformidade técnica declarada, não na preferência por marca — eliminando qualquer risco de subjetividade ou favorecimento indevido.

Ademais, ressalta-se que a dispensa de amostras não exime o fornecedor da obrigação de entregar produtos que atendam integralmente ao que foi contratado. Na fase de execução, o órgão licitante realizará:

- Verificação na entrega e inspeção quantitativa e qualitativa amostral.

As medidas tem por essência visar a eficiência processual à máxima segurança jurídica e técnica — evitando tanto atrasos desnecessários quanto a aquisição de produtos inadequados, em estrito respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade e economicidade.

14. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A aquisição será realizada de forma parcelada, em razão da natureza do fornecimento, das características do público beneficiário e da diversidade de fornecedores envolvidos. Considerando essas particularidades, o Sistema de Registro de Preços mostra-se o instrumento mais adequado para esta contratação, conforme os fundamentos a seguir:

Rubrica:

MS

1. **Demanda eventual:** o atendimento aos pescadores ocorre conforme habilitação e cumprimento dos requisitos da Lei nº 1.966/2023, não sendo possível prever com exatidão o fluxo de demanda.

2. **Variação de tamanhos:** os itens apresentam diferenças na numeração (calçados, vestimentas), conforme as medidas individuais de cada beneficiário.

Rubrica:

DS

3. **Armazenamento:** a entrega parcelada evita a necessidade de manter grandes estoques, reduzindo o uso do espaço físico.

4. **Gestão eficiente:** o parcelamento permite melhor controle da distribuição e registro dos beneficiários atendidos.

5. **Economia:** a aquisição gradativa evita perdas decorrentes da expiração dos prazos de validade ou deterioração dos produtos estocados.

6. **Diversidade de mercado:** os itens a serem adquiridos pertencem a diferentes nichos de mercado e são ofertados por fornecedores distintos, conforme identificado na etapa de pesquisa de preços. A divisão por item possibilita maior participação de empresas especializadas e amplia a competitividade.



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

É assegurada a isonomia entre os licitantes, contribuindo para resultados mais vantajosos à Administração.

Pesca e da Agricultura

15. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução da contratação pretende alcançar os seguintes resultados:

- Cumprir integralmente a Lei Municipal nº 1.966/2023, garantindo direitos aos pescadores artesanais e atendendo à necessidade de aquisição e distribuição dos Kit Pescador Seguro no exercício de 2026.
- Dar cumprimento à emenda impositiva apresentada pelo vereador Wallace Aguiar, conforme previsto na Emenda à Lei Orgânica nº 17/2020 do Município de Guaratuba, que institui o regime jurídico das emendas parlamentares individuais ao orçamento municipal.
- Proteger a saúde e segurança dos pescadores durante o exercício profissional.
- Reduzir riscos de acidentes e doenças ocupacionais relacionados à exposição ao sol e a condições climáticas.
- Valorizar a categoria profissional dos pescadores artesanais do município.
- Promover maior visibilidade da política pública municipal de apoio à pesca artesanal.
- Garantir conformidade com normas de segurança náutica (colete salva-vidas homologado).

16. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

1. Aprovação do presente Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente
2. Elaboração do edital e anexos pela equipe de licitações
3. Análise jurídica prévia pela Procuradoria-Geral do Município
4. Publicação e divulgação do certame conforme Lei nº 14.133/2021
5. Realização do Pregão Eletrônico
6. Análise da proposta e especificações
7. Homologação e adjudicação
8. Assinatura da Ata de Registro de Preços
9. Emissão de empenhos conforme demanda
10. Fiscalização da execução contratual pela SEMPA

Rubrica:

MS

Rubrica:

DS



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

17. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura

Não há contratações adicionais a serem celebradas especificamente para viabilizar o objeto, uma vez que a presente contratação se limita à aquisição dos itens que compõem o Kit Pescador Seguro.

As obrigações relativas à destinação adequada dos resíduos, logística reversa e ações educativas junto aos beneficiários serão cumpridas pela própria Administração, por meio da Secretaria Municipal de Pesca e da Agricultura, de campanhas educativas **sem necessidade de nova contratação específica**.

18. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE

A contratação em exame apresenta **baixo** impacto ambiental, uma vez que se refere ao fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de uso cotidiano, com vida útil prolongada, cuja especificação observa critérios de contratação sustentável e a análise do ciclo de vida do objeto, em consonância com a Lei nº 14.133/2021. Tal análise considera, entre outros aspectos, a durabilidade dos produtos, a frequência de reposição, a geração de resíduos e a destinação final ambientalmente adequada, buscando reduzir impactos negativos ao meio ambiente, nos termos das diretrizes de contratações públicas sustentáveis e da avaliação do ciclo de vida do produto.

No tocante à fase de uso e descarte, caberá à Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura orientar os pescadores, em linguagem acessível, sobre a utilização correta e a destinação adequada dos EPIs, bem como indicar pontos de entrega para recolhimento desses materiais quando danificados ou inservíveis. Deverá ser expressamente desestimulado o descarte de EPIs em corpos d'água, manguezais, praias, áreas de marinha, terrenos baldios, vias públicas ou demais áreas ambientalmente sensíveis, adotando-se sempre solução de destinação ambientalmente adequada, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normas aplicáveis sobre gestão de resíduos.

Como prática de sustentabilidade, recomenda-se: (i) privilegiar EPIs com maior vida útil e menor necessidade de substituição, desde que atendidos os requisitos de segurança; (ii) avaliar, sempre que possível, a existência de sistemas de logística reversa ou de recebimento dos produtos pelo fornecedor ao final de sua vida útil; e (iii) planejar ações de educação ambiental voltadas às comunidades pesqueiras, reforçando a importância do descarte correto e da não geração desnecessária de resíduos, alinhando a contratação às diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos guias nacionais de contratações sustentáveis.



Município de Guaratuba

Estado do Paraná

19. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Pesca e da Agricultura

A contratação pretendida é adequada e necessária para atender à necessidade pública, considerando:

1. Existe obrigação legal imposta pela Lei Municipal nº 1.966/2023.
2. A metodologia de pesquisa de preços observa rigorosamente o Decreto Municipal nº 25.361/2023.
3. Os valores estimados estão compatíveis com a última contratação semelhante realizada pela Administração.
4. A modalidade licitatória (Pregão Eletrônico) e o Sistema de Registro de Preços são adequados ao objeto.
5. Há dotação orçamentária disponível, incluindo recursos provenientes de emendas parlamentares impositivas, que podem ser complementados por outras dotações orçamentárias.

Recomenda-se a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar e o prosseguimento das demais fases do processo licitatório.

Assinado por:
Maricel Souza
07/05/2026 - 09:27
PXFFPOWMRCSMPMBB3KHESA

Maricel de Souza

Agente Demandante - SEMPA

Portaria 15.965/2026

Rubrica:
MS

Assinado por:
Dagoberto da Silva
07/05/2026 - 14:18
BRQGE0G9TSGO1T2QMS

Dagoberto da Silva

Secretário Municipal de Pesca e da Agricultura

Decreto n.º 26.236/2025

Rubrica:
DS